

## **A abordagem dos movimentos de resistência à escravidão nos livros didáticos brasileiros**

### *The approach of the movement of resistance to slavery in Brazilian textbooks*

**Caroline Antunes Martins Alamino**  
Mestranda, PPGH-UDESC  
alaminocaroline@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende discutir a abordagem dos movimentos de resistência à escravidão nos livros didáticos de História utilizados na rede municipal de ensino de Florianópolis, no chamado Ensino Fundamental II. Tal proposta constitui um recorte da pesquisa “O pensamento histórico dos jovens sobre os movimentos de resistência à escravidão a partir dos livros didáticos de História”, em andamento, desenvolvida no Mestrado em História da UDESC, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Cristiani Bereta da Silva.

Palavras-chave: livro didático, escravidão, resistência.

*Abstract: This paper discusses the approach of the movement of resistance to slavery in the schoolbooks used in the municipal schools of Florianópolis, called the Elementary School II. This proposal was selected from the survey "The thought of students on the historical movements of resistance to slavery from history schoolbooks," developed in the on going history of the Masters in UDESC, under the guidance of Professor Cristiani Bereta da Silva.*  
*Keywords: schoolbooks, slavery, resistance*

### Os livros didáticos

Com a introdução da Lei nº 10.639, em 2003, e depois sua ampliação na lei 11.645, em 2008, ocorreu a implementação de diversas formas didáticas para o ensino de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras para a Educação Básica. Alguns professores optam – em conjunto com a equipe pedagógica da escola por um planejamento com atividades multidisciplinares para atender as exigências da lei, de forma específica e programada. Esse procedimento, porém, acaba muitas vezes, esvaziando de significado os objetivos da legislação, pois a discussão da história e cultura afro-brasileira torna-se um elemento esporádico durante a Educação Básica e não um elemento fundamental no desenvolvimento do pensamento histórico de crianças e jovens, voltados para a construção de uma formação histórica mais plural, capaz de constituir-se em ferramenta na promoção de

igualdade étnico-racial e valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, e o livro didático vai exercer um papel fundamental nesta questão. Segundo Circe Bittencourt, o livro didático:

[...] é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca. (BITTENCOURT, 1997, p. 72).

Um forte exemplo, da importância das idéias propagadas nos livros didáticos, está na abrangência de sua distribuição em território nacional. Atualmente no Brasil existe o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que no ano de 2011 investiu R\$ 893 milhões em livros didáticos para atender a 29.445.304 alunos de 129.763 escolas públicas. Totalizando uma distribuição de 118.891.723 livros didáticos e 1.640.043 obras complementares.

São números astronômicos quando se trata de um país onde a média de leitura dos brasileiros está em 1,8 livros por ano.<sup>1</sup>

A partir desses números pode-se considerar que a relevância hoje, no Brasil, do livro didático está para além de sua função informativa e complementar na formação escolar. Pensando nisso e em todo mercado que esta por trás dessa produção de livros vale a pena citar como funcionam os processos de seleção dos livros didáticos até sua chegada nas escolas públicas.

Segundo o Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, em conjunto, os dirigentes e os técnicos do MEC, do FNDE e os membros da Comissão Técnica do PNLD, elaboram um edital para inscrição e participação dos detentores de direito autoral das obras didáticas. A partir desse edital, serão analisados e avaliados os livros que seus responsáveis legais inscreveram, por uma junta de técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo que garantem a qualidade técnica dos livros, pelos professores que são convidados pelas universidades públicas para emitirem pareceres acadêmicos, chegando para os professores, que dentro de cada unidade escolar escolhem uma das coleções de livros didáticos aprovadas por esse processo, para que a escola utilize os livros por um triênio. Quando então ocorre novamente todo esse processo de seleção.

---

<sup>1</sup> Segundo pesquisa realizada em 2008 pela Câmara Brasileira do Livro.

Essa avaliação dos livros didáticos chega até os professores através do Guia de Livros Didáticos que descreve as metodologias que foram usadas na avaliação e o resultado que cada coleção de livros didáticos aprovada obteve. Os princípios que determinam os critérios de seleção dos livros são:

A condição de o livro didático auxiliar a formação de cidadãos conscientes. [...] O respeito à legislação que rege o Ensino público nacional[...] A qualidade pedagógica e didática das coleções[...] A qualidade do Manual do Professor (MP)[...] A correção das informações apresentadas aos estudantes[...]A qualidade e adequação do projeto gráfico e estrutura editorial da coleção.[...]( Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, p.10 e 11)

No ano de 2011 foram aprovadas 64% das coleções de livros didáticos de história que passaram por essa avaliação, sendo que essas coleções foram divididas em duas perspectivas curriculares dominantes as de História Integrada e as de História Temática.

Por História Integrada identificamos as coleções cujo agrupamento temático pauta-se pela evocação da cronologia de base européia integrando-a, quando possível, à abordagem dos temas relativos à história brasileira, africana e americana.[...] A organização da coleção em torno de uma proposta de História Temática ocorre quando os volumes são apresentados não em função de uma cronologia linear, mas por eixos temáticos que problematizam as permanências e transformações temporais, sem, contudo, ignorar a orientação temporal assentada na cronologia. (Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, p.17)

O resultado foi de que 94% das coleções aprovadas foram avaliadas como detentoras de uma perspectiva curricular dominante de História Integrada, ou seja, apenas 6% das coleções disponíveis para as escolas públicas possuem uma perspectiva menos eurocêntrica, que nos leva a outra questão também avaliada nas coleções dos livros didáticos, que se relaciona à contemplação da lei 11.645/08:

Já o que estamos designando por perspectiva Crítico-Reflexiva quanto ao tratamento da História da África e da História indígena envolve a abordagem de tais temáticas para além da fixação e prescrição de novos conteúdos para o aluno, o que significa imprimir uma problematização complexa entre passado e presente no tocante aos assuntos envolvidos nas exigências e prescrições legais. Tal cenário torna possível, aos alunos, a constituição de um quadro reflexivo mais amplo e denso no tocante à compreensão das contradições, das mudanças e continuidades históricas, da ação dos sujeitos e da emergência de atitudes derivadas de uma consciência histórica capaz de

engendrar a ação social. *Trata-se de um perfil ainda minoritário e corresponde a 37,5% das obras*(grifo meu). (Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, p.24)

Um resultado alarmante dentro de uma proposta de ensino que está visando atender uma legislação em vigor há oito anos, que se preocupa fundamentalmente com a inclusão de uma história que contemple uma das principais origens étnicas brasileiras, que são os afrodescendentes, além, é claro, de os livros didáticos de história aprovados pelo MEC para serem selecionados pelos professores estarem ainda voltados predominantemente para uma análise a partir da cultura histórica européia.

Os livros didáticos são ferramentas de aprendizado repletas de representações que devem estar sempre sendo avaliadas, pois segundo Chartier, as representações podem ser armas poderosas de subjugação.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Dificultando assim o trabalho dos próprios educadores em atender aos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;(PCN História, 1998, p.6)

### Livros didáticos de História em Florianópolis – Estudo de Caso

Atualmente a rede municipal de educação em Florianópolis possui vinte e quatro unidades escolares que atendem a demanda de estudantes que estão cursando o terceiro e o quarto ciclo do ensino fundamental na forma regular. Todos os alunos receberam livros didáticos de História no início do ano letivo de 2011, os quais deverão ser devolvidos a escola no término do período letivo.

Como citado anteriormente a partir do Guia do Livro Didático, os professores de cada unidade escolar, escolheram as coleções que consideravam mais adequadas. O que resultou em 6 coleções diferentes. Para esse estudo de caso foram selecionadas as três coleções mais utilizadas:

*História, Sociedade e Cidadania* da Editora FTD. De autoria de Alfredo Boulos Junior (Mestre em História Social, Doutor em Educação). Utilizada em duas escolas.

*História Temática* da Editora Scipione. De autoria de: Conceição Cabrini (doutora em Comunicação e Semiótica e professora de história na rede pública e privada em São Paulo), Roberto Catelli Junior (mestre em História econômica, professor da rede privada de ensino em São Paulo) e Andrea Montellato (graduada em História e professora de história na rede pública e privada em São Paulo). Utilizada em doze escolas.

*Vontade de saber História* da Editora FTD. De autoria de Marco César Pellegrini (graduado em História, professor e editor de livros na área de ensino de História), Adriana Machado Dias (especialista em História Social e Ensino da História e professora) e Keila Grinberg (Doutora em História Social e professora de História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Utilizada em quatro escolas.

Fazendo um levantamento da compra dessas três coleções em âmbito de todo território nacional as proporções se diferem, pois o MEC adquiriu 3.382.868 livros da coleção História, Sociedade e Cidadania. Totalizando um gasto de R\$ 23.205.803,27, onde os preços dos livros variavam de R\$ 6,41 a R\$ 9,79.<sup>2</sup> Da coleção História Temática a mais utilizada na rede municipal de educação em Florianópolis, totalizando 50% das escolas, o MEC adquiriu 139.551 livros, para todo o Brasil, somando um valor de R\$ 751.586,04, com preços unitários variando entre R\$ 4,64 e R\$ 7,74. Já a coleção Vontade de Saber História foi adquirida pelo MEC num total de 400.525 livros, no valor de R\$ 1.896.096,69 em que cada unidade variava seu preço entre R\$ 4,39 e R\$ 7,09.

Novamente esses números ajudam elucidar o tamanho do mercado que se movimenta com os livros didáticos e a importância que esta embutida em sua compra devido ao grande valor de dinheiro público voltada para a educação que lhe é destinado.

A seguir há uma tabela com os itens avaliados em cada coleção, segundo os critérios do Guia do Livro Didático – PNDL 2011.

---

<sup>2</sup> Os livros didáticos embora sejam da mesma coleção possuem variação de preços de acordo com a série/ano que atendem e em relação ao livro de aluno e manual de professor.

TABELA

Itens Avaliados		Coleções de Livros Didáticos		
		História, Sociedade e Cidadania	História Temática	Vontade de Saber História
Metodologia de História – Perspectiva curricular	Historia Integrada	X		X
	Historia Temática		X	
Metodologia de História – Tratamento Temporal	Linearidade	X		
	Complexificação		X	X
Metodologia de Ensino/Aprendizagem- Texto base e estratégias didáticas	Informativo	X		
	Procedimental			X
	Complexificação do pensamento		X	
Metodologia de Ensino/Aprendizagem- Atividades	Informativo	X		
	Procedimental			X
	Complexificação do pensamento		X	
Implicações da Lei 11.645 – Perspectiva quanto a História da África e Indígenas	Informativo			
	Critico reflexivo	X	X	X
Implicações da Lei 11.645 – Orientações metodológicas ao professor	Informativo			
	Critico reflexivo	X	X	X

Partindo então desta breve apresentação das coleções mais utilizadas na rede municipal de educação em Florianópolis, vamos fazer uma análise de suas abordagens no que tange a Lei 11.645/2008 a respeito do ensino da história e cultura afro-brasileira, sobretudo nas abordagens de resistências negras à escravidão.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> A Lei 11645/2008 aborda tanto a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira quanto indígena, contudo este artigo, até devido a sua limitação de pesquisa, aborda apenas a questão afro-brasileira, mas sem deixar de forma alguma de compreender que a história e cultura e indígena no Brasil são de extrema importância para a

As três coleções estão divididas em 4 volumes um para cada ano dos terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (6º, 7º, 8º e 9º anos).

A coleção História, Sociedade e Cidadania, atende à Lei 11.645/08 ao abordar em todas as quatro unidades da coleção capítulos referentes a História da África ou dos afro-brasileiros. Seguindo uma lógica temporal linear, confere a História da África gradualmente no livro do 6º ano com a unidade *Civilizações da África e do Oriente*, trabalhando com os primeiros povos na África inclusive trazendo a África como berço da humanidade. No livro do 7º ano existe a unidade *Árabes, Africanos e Chineses* que trata dos povos africanos antes da chegada dos portugueses e traz superficialmente o trabalho escravo negro na unidade *América e Europa: encontros e desencontros*. No livro do 8º ano na unidade *Povos, Movimentos e Território na América Portuguesa*, traz detalhadamente o cotidiano dos africanos desde o tráfico negreiro até sua venda e trabalho escravo em diversas áreas no Brasil, na unidade *Independência na América* tem como subitem a *Revolta dos Malês* e por fim na unidade *Brasil e Estados Unidos no século XIX* é tratado todo o processo de abolição da escravidão no Brasil. No livro do 9º ano na unidade *A Era dos Impérios*, é tratado o processo de neocolonização na África.

A questão afrodescendente na atualidade é presente ao longo da coleção por meio de imagens e, particularmente no volume do 8º ano, é focalizada com textos que fazem menções às lutas contra o racismo. (Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, p.58)

A coleção Vontade de saber História, atende os requisitos da Lei 11.645/08 no que diz respeito a história e cultura afro-brasileira em todas as unidades da coleção. Utilizando uma linearidade temporal, é abordada a África e a sociedade afro-brasileira conforme a progressão cronológica adota pela coleção.

A temática africana é pulverizada ao longo da coleção e, embora vinculada à cronologia européia, não se limita à composição de cenários explicativos da escravidão. Assim, temas relativos à História Africana aparecem conjugados à História Antiga, com ênfase na discussão das Grandes Civilizações [...] (Guia de Livros Didáticos – PNLD 2011, p.107)

---

formação do conhecimento histórico crítico e reflexivo desse país. Além de ser também parte da desconstrução de preconceitos que foram historicamente mantidos dentro do processo educacional do Brasil por muitos anos.

A coleção aborda no livro do 6º ano dois capítulos sobre a História Antiga na África, denominando um capítulo de *A África Antiga: os egípcios* e o outro de *A África Antiga: uma diversidade de povos*. No livro do 7º ano há um capítulo chamado *Reinos e Impérios africanos* que aborda seis reinos na África até a chegada dos europeus. Em outro capítulo denominado *A colonização portuguesa na América*, e tem como subitens *A mão de obra africana* e *A resistência africana*. No livro do 8º ano no capítulo *A Revolução Americana*, há um subitem chamado *Indígenas e Africanos*. No capítulo *A Consolidação da Independência Brasileira*, há os subitens *O levante de Malês* e *A diversidade étnica dos africanos*. No capítulo *Segundo Reinado: o apogeu do Império no Brasil*, há o subitem *O trabalho escravo nos cafezais*. No capítulo *O fim da Monarquia e o início da República* há o subitem *A abolição da escravidão*, e por fim há um capítulo inteiro chamado *A África no século XIX*, que trata sobre o imperialismo e que portanto, embora trabalhe a África como contexto, parte sempre de uma visão européia. No livro do 9º ano no capítulo *Os primeiros tempos da República no Brasil*, há o subitem *O cotidiano dos afro-brasileiros* e o capítulo *As independências na África*.

A coleção de livros da História Temática apresenta o cumprimento de lei 11.645/08 de forma diferenciada em relação as coleções mencionadas anteriormente, inclusive por optar por uma abordagem não linear de fatos históricos e sim mais crítica reflexiva, vai possuir variações de aprofundamento no material abordado. No livro de 6º ano, o tema África vai aparecer apenas no subitem *Cidades Egípcias* na unidade *A experiência Humana*. Já no livro referente ao 7º ano há a unidade *Trabalho e resistência*, que problematiza desde a definição do que é ser escravo, passado pelas definições de escravidão em diversas sociedades de tempos históricos diferentes, finalizando com a relação África e Brasil, trazendo questões como o tráfico negreiro, a religiosidade africana e o apartheid. No livro do 8º ano, na unidade *A propriedade no presente e no passado*, trás atualmente a situação dos quilombolas, e na unidade *Terra, política e protesto no Brasil* vai trazer a revolta dos Malês e o processo de abolição da escravatura. No livro do 9º ano, há uma abordagem superficial sobre a África na era da globalização na unidade *Os cidadãos e os excluídos*.



## Abordagem dos movimentos de resistência à escravidão nos livros didáticos

A partir dessa análise prévia das três coleções de livros didáticos utilizados na rede municipal de educação de Florianópolis vamos levantar uma questão fundamental para a compreensão crítica e reflexiva de todo o processo de escravidão negra no Brasil, que foi a existência de várias formas de resistência, deixando claro que povo, raça ou etnia alguma possui aptidão para ser subjugado por outro povo. E que com toda a relevância já explicitada aqui dos livros didáticos na formação educacional e construção de conhecimento histórico dos jovens no Brasil é parte fundamental desse processo de conhecimento os estudantes terem ciência das formas de resistência à escravidão que ocorreram.

Na história da escravidão do Brasil foram evidenciadas várias formas de resistência à escravidão. Em que as que mais se destacaram foram às construções de Quilombos e a Revolta dos Malês. Mas é muito importante lembrar da luta das mulheres negras que muitas vezes sacrificaram a vida de seus próprios filhos através de abortos para que esses não fossem também escravos. Assim como a capoeira que foi apropriada como cultura nacional, e era uma forma de luta e ameaça dos afro-brasileiros enquanto escravos contra seus opressores. Uma forma de resistência à escravidão polêmica eram os suicídios, dentro de toda sua profundidade existencial de libertar a alma do corpo escravizado.

Sabe-se em todo caso, que além das rebeliões e das fugas, uma das maneiras que muitos negros encontraram de escapar do cativo foi a morte [...]. O suicídio era quase desconhecido na costa africana; no Brasil, tornou-se comum entre os escravos. (PILETTI; PILETTI, 1997, p.72)

Outra forma eram as vinganças através de ataques aos seus proprietários onde escravos assassinavam seus donos, quando não lhes causavam prejuízos realizando queimadas nas plantações.

Nas coleções analisadas todas as três abordaram a Revolta dos Malês e os quilombos. Contudo, o tipo de tratamento e aprofundamento se difere, sobretudo quando se trata de outras formas de resistência à escravidão.

A coleção História, Sociedade e Cidadania aborda de forma mais específica a Revolta dos Malês, citando datas, especificando o porquê do nome malê e trazendo diversas informações sobre o islamismo e a motivação da revolta. Contudo, não traz seu desfecho de

forma clara dizendo apenas que os malês foram vencidos e expulsos da Bahia, não trazendo nada sobre o cerca de 70 mortos e 200 deportados para África. Na parte de atividades há dois exercícios sobre a revolta, onde um deles é apenas informativo, solicitando que o aluno pinte no mapa a região no Brasil em que houve a revolta e o outro mais reflexivo na forma de questão, solicitando que se responda se a Revolta dos Malês foi uma revolta religiosa ou escrava.

Quanto a formação dos quilombos esta coleção é a mais completa das três sobre o assunto, porque ilustra a localização dos quilombos no Brasil, explica suas origens e formação, os conflitos em Palmares e finaliza o capítulo com um texto sobre as comunidades quilombolas remanescentes na atualidade. Sobre outras formas de resistência é a única coleção que aborda sobre a capoeira, contudo deixa a desejar não citando os abortos e apenas citando superficialmente os ataques a plantações e aos senhores. Trás nas atividades questões reflexivas sobre resistência à escravidão.

Na coleção História Temática, a abordagem sobre a Revolta dos Malês é muito mais tímida, não fazendo menção alguma sobre os diversos componentes dessa revolta, apenas citando como “um movimento rebelde que defendia o fim do regime escravista” (CABRINI, CATELLI, MONTELLATO, 8ºano, 2011, p.206 ), empobrecendo em muito toda a dimensão desse movimento de resistência negra, episódio ímpar na história do Brasil. Nas atividades no fim da unidade é solicitado uma síntese sobre a revolta juntamente com a Confederação do Equador, Balaiada, Farroupilha, Revolta dos Mucker, Cabanagem, Sabinada e Praieira. Interessante atentar para o fato que a atividade de síntese solicita informações como principais líderes e grupos sociais que participaram, informações estas que não contem no pequeno texto sobre a Revolta dos Malês.

Já sobre os quilombos, a coleção, trás informações mais detalhadas de suas origens, funcionamento e conflitos no quilombo dos Palmares. Ao final do texto sobre os quilombos trás um parágrafo apenas citando que havia outras formas de resistência como suicídios, abortos e boicote ao trabalho. E nas atividades há apenas um exercício de reflexão sobre os quilombolas na atualidade.

Na coleção Vontade de Saber História a Revolta dos Malês também é abordada, nesta, de forma mais ampla, ilustrada com imagens da época fornece um excelente panorama das condições de vida na Bahia na época assim como explica as condições de organização do levante. Trás em suas atividades cinco questões informativas sobre o texto.

A respeito de outras formas de resistência à escravidão a coleção Vontade de Saber História, trás um esquema ilustrado de como eram os quilombos, suas localizações, população e um texto descritivo de seu cotidiano e as batalhas de Palmares. Contudo, deixa muito a desejar em outras formas de resistência citando apenas que outras formas de resistências eram as queimadas de plantações, destruição de ferramentas, agressões aos senhores e a preservação de sua cultura natal. Nas atividades há apenas três questões de caráter informativo sobre o texto.

### Considerações Finais

Entende-se que a formação educacional atual está voltada fortemente para uma vertente conteudista que deixa os estudantes aptos para processos seletivos de vestibular. Mas a mesma também prevê que o processo de aprendizagem que forneça meios de desenvolver um processo reflexivo nos discentes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

[..]posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;[..]conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; ;(PCN História, 1998, p.6 e 7)

Para que a formação educacional atinja esses objetivos é preciso dispor de informações que construa conhecimento nesse âmbito. Tratar das formas de resistência à escravidão na sua amplitude nos livros didáticos é muito mais do que ser informativo, é levar a sensibilização de um processo histórico que subjugou todo um povo, processo histórico que ecoa até a atualidade e que ainda precisa ser colocado como forma de lei, para que seja de fato representado na sociedade.

A carência de informações, como, por exemplo sobre o Banzo, limita a interpretação histórica que os estudantes podem construir chegando mais próximos do sofrimento e martírio

que o processo de escravidão pode trazer a um ser humano, iniciando sua dor na retirada do indivíduo de sua própria terra.

No porto de Ajudá, na atual República de Benim, um monumento lembra, nos dias de hoje, a árvore do esquecimento. Esta funcionava como leniente para a dor da partida. À sua volta, os escravos caminhavam em círculos antes de embarcar. O objetivo esquecer sua identidade antes do cativo. Circulava-se três vezes em torno da árvore da volta, para que a alma do cativo voltasse à terra dos antepassados. (PRIORE, VENANCIO.2004, p.43)

Esse tipo de relato contribui para humanizar o termo escravo, que apenas como palavra em um texto que é dito como mercadoria não traduz muitas vezes para a contemporaneidade a dimensão humana que estava envolvida na escravidão.

A falta de destaque nas formas de resistência à escravidão negra, também reforçam o antigo estereótipo de que negros seriam mais suscetíveis à escravidão do que os indígenas, como se existisse algum povo que fosse suscetível à escravidão. Apenas na coleção História, Sociedade e Cidadania foi feita esta colocação de forma bem clara, que não existem povos suscetíveis à escravidão. Nas outras duas coleções analisadas, há uma ausência desse tipo de discurso. Além disso, nas três coleções, é colocado que a troca da escravidão indígena pela africana se deu fortemente por motivação econômica, e também por maiores dificuldades em dominar os indígenas, uma vez que estes conseguiam fugir mais facilmente por serem nativos. Argumento amplamente questionado com a própria experiência de fugas e organização que resultaram nos quilombos.

Portanto, há sem sombra de dúvidas um caminho evolutivo que foi percorrido até o presente, em como lidar e aprimorar essas questões de formação histórica a partir de um processo reflexivo do que foi a escravidão no Brasil. Mas, as constatações apontadas aqui demonstram que esse processo ainda tem que evoluir para que se contribua cada vez mais com a desconstrução de preconceitos a partir de um sólido e reflexivo conhecimento histórico a ser construído pelos discentes em suas diversas formas de acesso a informação como os livros didáticos.

## Referências

- BITTENCOURT, Circe (org). Livros didáticos entre textos e imagens. In. C. Bittencourt (org.) O saber Histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. História, Sociedade e Cidadania. Manual do Professor – 6º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_. História, Sociedade e Cidadania. Manual do Professor – 7º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_. História, Sociedade e Cidadania. Manual do Professor – 8º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_. História, Sociedade e Cidadania. Manual do Professor – 9º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental – História. Brasília, MEC, 1998.
- CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto, Jr.; MONTELLATO, Andréa. História Temática. Manual do Professor. 6º Ano. 4ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2011.
- \_\_\_\_\_. História Temática. Manual do Professor. 7º Ano. 4ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2011.
- \_\_\_\_\_. História Temática. Manual do Professor. 8º Ano. 4ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2011.
- \_\_\_\_\_. História Temática. Manual do Professor. 9º Ano. 4ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2011.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DIDÁTICOS, Guia de livros: PNLD 2011 : História. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- DIDÁTICOS, livros. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG Keila; Vontade de saber História, 6º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_, Vontade de saber História, 7º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_, Vontade de saber História, 8º Ano. São Paulo, FTD, 2009.
- \_\_\_\_\_, Vontade de saber História, 9º Ano. São Paulo, FTD, 2009.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. História & vida. Brasil: da Pré-História à Independência. v.1. São Paulo: Ática, 1997.

POVO, Correio do. Periódico Correio do Povo. Redação.RS, 16/01/2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/01/17/brasileiro-le-18-livro-ao-ano/>. Acesso em: 15 ago.2011.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2004.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos males (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.